

## **Estranhos numa terra estranha: Expectativas e perceções de alguns soldados portugueses em relação à guerra colonial**

Pedro Miguel Jorge Réquio<sup>1</sup>

O presente ensaio procura apurar o modo como os veteranos se perspetivam enquanto agentes históricos no processo da Guerra Colonial, bem como avaliar as expectativas dos soldados e visão que estes tinham dos povos africanos e dos movimentos de libertação. Para recolher os dados necessários para a elaboração do presente estudo procedeu-se à condução de oito entrevistas. Os oito entrevistados possuem todas características distintas, tanto quanto às funções que desempenharam no cumprimento do serviço militar quanto aos teatros de guerra em que participaram. Julgou-se pertinente encetar este trabalho na medida em que ainda existem lacunas significativas no conhecimento das experiências dos veteranos da guerra colonial.

**Palavras chave:** Guerra Colonial; África, Portugal, Ditadura, Racismo.

### **Introdução**

A Guerra Colonial portuguesa (1961-1974), para onde foram mobilizados milhares de jovens, talhou profundas feridas na sociedade e, mais particularmente, nos indivíduos que foram obrigados a fazê-la. Refiro-me aos soldados comuns não voluntários, que incorporados no serviço militar obrigatório, se viram desamparados e desorientados, longe de casa, num continente que lhes era estranho e onde o exótico ao invés de os seduzir, enfatizava talvez ainda mais o sentimento de desenraizamento.

A besta colonial, que via as suas estruturas mult centenárias a desintegrarem-se às mãos dos grupos independentistas, não poupou a meios, económicos e humanos, para tentar aguentar um império transcontinental anacrónico. O que custou a tentativa inútil de alimentar esta quimera? A juntar ao incomensurável sofrimento provocado aos povos africanos soma-se a tragédia de milhares de jovens portugueses que foram coagidos a participar num conflito sangrento e perdido à partida. O impreparação e a

---

<sup>1</sup> Licenciado em História na Faculdade de letras da Universidade de Coimbra. Mestre em História Contemporânea pela mesma instituição. A sua dissertação de Mestrado intitulou-se Mudança Cultural e Política da Academia de Coimbra: O caso da Via Latina (1958-1962). É investigador júnior no projeto 25AprilPTLab e encontra-se a realizar o doutoramento Discursos: Cultura, História e Sociedade. As suas áreas de domínio centram-se na história política e cultural do século XX e também nas ligações entre a arte, as ideologias e o exercício do poder.

inutilidade de muita da formação recebida contribuíram para que um veterano se intitulasse a si aos seus pares como “meninos do coro lançados aos leões”.

O presente ensaio procura apurar o modo como os veteranos se perspetivam enquanto agentes históricos no processo da Guerra Colonial e, igualmente, a forma como encaravam a sua deslocação, os povos africanos e os movimentos de libertação.

Para recolher os dados necessários para a elaboração do presente estudo procedeu-se à condução de oito entrevistas. Os oito entrevistados possuem todas características distintas, tanto quanto às funções que desempenharam no cumprimento do serviço militar quanto aos teatros de guerra em que participaram. Apesar de alguns dos entrevistados não terem qualquer problema em que os seus nomes reais fossem mencionados, optou-se, adotando uma lógica uniforme, por se referir a cada um deles mediante nomes falsos. Simultaneamente, no decurso das entrevistas realizadas, teve-se em conta preocupações de índole humanista. Como as de “forjar e cultivar relações de proximidade e de confiança com os sujeitos que participam na investigação” e de criar “familiaridade com os contextos” abordados (Nunes, 2011: 172-174). Assim sendo, os oito entrevistados são:

Francisco – Minas e armadilhas, Moçambique.

Carlos – Amanuense e distribuição de material, Moçambique.

Vítor – Técnico de Aeronaves, Angola.

Gabriel - Comunicações, Angola.

Mário – Telegrafista, Moçambique.

Marco – Mecânico de automóveis, Guiné.

Nuno – Atirador de Cavalaria, Guiné.

Alves – Condutor, Guiné.

Como se pode constatar através da descrição das particularidades de cada entrevistado o universo de depoimentos recolhido fornece um manancial amplo de experiências e lugares da Guerra Colonial. Tendo em conta a delicadeza do tema e o efeito violento e traumático das ocorrências, bem como das memórias que dela decorrem, algumas perguntas suscitaram respostas que se afastaram do seu objetivo primordial, mas que, não são de algum modo desvalorizáveis. De notar que também o livro de Paulo Faria, *Estranha Guerra De Uso Comum* de 2016, no qual o autor compilou cartas e depoimentos orais relativos à experiência dos militares que

estiveram em campanha como seu pai em Moçambique, constituiu um complemento notável às entrevistas conduzidas.

Como resultado, este texto divide-se nos seguintes dois pontos centrais:

1º - As expectativas dos soldados em relação ao conflito e à experiência de guerra e as relações dos mesmos com as suas funções militares.

2º - A experiência de guerra, o medo das populações e a formação do sentimento de grupo como ferramenta da manutenção, ou da destruição, do idealismo colonial.

Toma-se assim como propósito principal tentar avaliar as implicações que as experiências pretéritas têm na substância identitária dos indivíduos inquiridos.

Julgou-se pertinente encetar este trabalho na medida em que ainda existem lacunas significativas no conhecimento das experiências dos veteranos da guerra colonial. É verdade que já existem algumas obras literárias de ficção e alguns documentários realizados pouco tempo depois do conflito. No entanto foi só durante o presente século, e em particular durante a última década, que os debates, estudos e artigos relacionados com o tema começaram a ganhar alguma centralidade nos meios académicos. Procura-se assim contribuir para um conhecimento mais profuso do conflito colonial, das sequelas que deixou na sociedade e em particular nos indivíduos que nele participaram.

## **1- Estranhos numa terra estranha**

### **1.1–O ideal colonial e os mecanismos de doutrinação do Estado Novo**

Para auxiliar a contextualização e a interpretação dos depoimentos recolhidos é primeiro necessário proceder a uma breve exposição do ideário colonialista do Estado Novo, à mundivisão propalada pelo sistema educacional português da época e aos acontecimentos que pautaram os conflitos nos territórios coloniais portugueses.

O Estado Novo, durante toda a sua vigência (1933-1974), primeiro com António de Oliveira Salazar como Presidente do Conselho de Ministros e depois, a partir de 1968 com Marcelo Caetano, caracterizou-se por ter uma política colonial paradoxal, de acordo com Fernando Rosas. A ideologia colonial do Estado Novo

encarava todos os territórios ultramarinos não como partes subordinadas a metrópole central e capital do *império*, mas como elementos integrados numa “nação pluricontinental e “una e indivisível” (Rosas, 1994: 485-486). Pelo menos do ponto de vista legal. Se a mística imperial explícita, corporizada através do Ato Colonial (1930), matizava a princípio a postura identitária do Portugal estado-novista, ela viria a ser alterada, em termos meramente formais, após o fim da Segunda Guerra mundial:

Os anos 50, por virtude das pressões políticas externas, alteraram a sua exterioridade imperial, sem lhe mudar a essência. Pelo contrário, com eles ia iniciar-se uma nova fase da política colonial do regime, marcada por várias medidas inovadoras tanto institucional como economicamente. Esse esforço integracionista conformaria um reforço drástico e sem precedentes da viragem para África, começando ainda antes do desencadear das guerras coloniais a partir de 1961. (Rosas, 1994: 486)

Ou seja, com a derrota do nazismo e do fascismo e com a consagração dos princípios autodeterministas dos povos colonizados na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), a ONU passou a forçar as potências coloniais a prepararem os territórios sobre a sua tutela para a obtenção da independência. A partir de então, começaram a surgir, ou ganhar mais fôlego, os movimentos anticolonialistas na Ásia e em África.

Portugal, forçado pelas circunstâncias políticas correntes, passou assim a apresentar alguns laivos aparentemente democratizantes, tanto internamente, com a convocação de eleições viciadas em 1949, como em matéria de política externa. Em 1951, com a revisão da Constituição Política da República Portuguesa, Salazar apresenta uma proposta da revogação do Ato Colonial que ao invés de o abolir efetivamente, introduz-lhe alterações terminológicas e outros pequenos ajustes. O termo *Império Colonial Português*, que adquirira uma conotação pejorativa no quadro internacional é abolido. Também a designação dos territórios africanos e asiáticos como “colónias” é substituído por “províncias ultramarinas”. De acordo com esta nova conjuntura Portugal apresenta-se com uma “nação pluricontinental”, composta por províncias europeias e ultramarinas, integradas harmoniosamente num corpo total nacional.

De igual modo, também o Estatuto dos Indígenas (inserido inicialmente no

Ato Colonial), que estabelecia uma diferenciação entre os portugueses europeus e as populações autóctones fora alterado com o intuito de criar uma nova categoria, a de *assimilados*, que aproximasse os povos colonizados dos direitos legais do cidadão português comum. Os *assimilados* seriam assim aqueles que provassem estar imiscuídos na forma de vida e nos valores da civilização europeia. Todavia, os indivíduos detentores deste estatuto representavam uma “ínfima minoria, porque nunca houvera vontade de criar elites no ultramar através de uma aposta consequente no alargamento do sistema de ensino aos africanos” (Castelo, 2013).

Consequentemente, nas campanhas de propaganda difundidas nacional e internacionalmente que reclamavam para si e deturpavam o conceito de *Luso-Tropicalismo*<sup>2</sup>, bem como através do sistema educacional dirigido às populações continentais, Portugal apresentava-se enquanto “bom colonizador” e de acordo com esta lógica contribuía para a fraternidade entre os povos mundiais e para a integração de raças e culturas diferentes na mesma nação. Vejam-se os discursos oficiais que abordavam esta temática:

“A participação do país na Exposição Universal e Internacional de Bruxelas em 1958 é disso um bom exemplo. Na obra publicada por iniciativa do comissariado português da Exposição, sugestivamente intitulada *Portugal: Oito séculos de história ao serviço da valorização do homem e da aproximação dos povos*, encontramos abundantes referências à doutrina *luso-tropical*. No artigo “Um povo na terra”, o geógrafo Orlando Ribeiro assegura que “Português não é [...] um conceito de raça, mas antes uma unidade de sentimento e de cultura», que aproximou homens de várias origens” (AAVV 1958: 38). “Chamando as populações locais a participar numa civilização comum”, Portugal estaria a impedir “o despertar de fictícios nacionalismos locais” (*Idem*: 39). Adriano Moreira, citando abundantemente o ensaio de Gilberto Freyre *Integração portuguesa nos trópicos* (na altura ainda inédito), procura demonstrar que se deve a Portugal “a formulação do único humanismo que até hoje se mostrou capaz de implantar a democracia humana no mundo para onde se expandiu o Ocidente”

---

<sup>2</sup> O conceito de *Luso-Tropicalismo*, criado pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre durante a década de 1930, postulava que os portugueses tiveram a capacidade para criar uma civilização mestiça transcontinental devido à sua origem peninsular híbrida onde a cultura árabe, judia e cristã se interpenetraram. O Estado Novo só reconheceu esta teoria na década de 1950 mas esvaziou o seu conteúdo de miscigenação cultural. Aproveitando somente o termo de uma civilização global *Luso-Tropical* para caracterizar a sua relação com as colónias como sendo intrinsecamente positiva.

(*Idem*: 305). Por seu turno, Sarmiento Rodrigues defende que a “unidade nacional portuguesa” se formou e existe “pela vontade de todos os homens, com o sentido de elevar todos os portugueses e sem a intenção de explorar economicamente, ou de qualquer outra maneira, em proveito do povo original, seja que parcela for” (*Idem*: 315). Acentua igualmente o carácter cristão das relações humanas no seio da nação portuguesa, pautadas pela interpenetração cultural (...). (Castelo, 2013)

Esta visão idílica das relações entre os portugueses e os povos colonizados não poderia estar mais longe da verdade. O colonialismo português, tal como os restantes, alicerçou-se na discriminação racial e na opressão direta aos povos africanos. Em primeiro lugar existia a diferenciação jurídica dos diferentes tipos de “portugueses”, os castigos corporais aplicados, muitas vezes de forma arbitrária, aos trabalhadores por parte dos patrões e aos africanos não *assimilados* por parte das autoridades. Em segundo lugar, existiam formas de racismo subtil, materializadas pela diferença salarial e pelos “entraves no acesso ao emprego e a promoção social” (Castelo, 2013).

O pensamento colonial português procurou dotar-se de alicerces teóricos e argumentativos que justificassem a continuação da sua presença em África e contribuíssem para a manutenção e perpetuação do colonialismo. A narrativa paternalista de uma colonização benevolente e mais proveitosa do que danosa para os povos autóctones caracterizou a retórica imperialista salazarista e foi enfatizada ainda mais pelas alterações legais consumadas no período do pós-Segunda Guerra. As relações efetivamente estabelecidas, porem, foram as de uma dominação violentamente imposta por uma minoria (portuguesa) exterior aos territórios, “sendo que o poder político era exercido pelo grupo étnico exterior, numa lógica de superioridade e numa ação modificadora que se assumia como de civilização dominante” (De Sousa Jr., 2013: 4).

O regime político do Estado Novo inculcava o seu sistema de valores na população portuguesa – “Deus”, “Pátria”, “Família” - através de diversos mecanismos de propaganda e organizações: Secretariado de Propaganda Nacional, sindicatos nacionais, casas do povo, Mocidade Portuguesa e Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT). Cada uma destas organizações gozava de uma propaganda sectorial e de espetáculos próprios: boletins, paradas, confraternizações, acampamentos e bodos aos pobres (Rosas, 1994: 292-293). Estes aparelhos explícitos

de enquadramento de valores vertiam os seus ideários para as próprias escolas do ensino básico que contribuíam, por sua vez, para os cimentar e consensualizar. O propósito desta escola nacionalista seria somente o de ensinar a ler, escrever e contar. A sua restante pedagogia direcionava-se exclusivamente para a “elevação moral”, obtida através da imersão do educando no “espírito nacionalista” e nos “superiores interesses da nação” (Campos, 2011: 3). A identidade singular da nação portuguesa seria incutida através de um lecionar estilizado da história que enaltecia as suas figuras e o seu passado, “incidindo sobretudo nas temáticas da missão civilizadora e evangelizadora” como alicerces da defesa e da superioridade moral e espiritual do *Império*” (Serrão, 2018: 10).

O cidadão comum, educado durante todo o período do Estado Novo, vivia assim imerso num “quotidiano que se aspirava a ver enquadrando, organizado e vivido no espírito do regime, de acordo com os seus paradigmas ideológicos disciplinadores, através de uma comunhão que se ensaia[va] a cada gesto público” (Rosas, 1994: 293).

## **1.2–Adeus, até ao meu regresso**

O período designado por Guerra Colonial Portuguesa (Guerra do Ultramar de acordo com a terminologia do regime do Estado Novo) e compreendido entre 1961 e 1974 constitui-se por três conflitos que despoletaram durante o princípio da década de 1960: Angola (1961), Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964). Este período de confrontos opôs as Forças Armadas Portuguesas aos movimentos de libertação de cada uma das antigas *províncias ultramarinas*. Apesar das tentativas de diálogo dos grupos independentistas, encetadas antes do deflagrar de cada uma das frentes, Salazar nunca se mostrou disponível para ouvir os seus apelos, forçando assim os movimentos a recorrerem à via armada como forma de obter a independência. Durante os 13 anos de Guerra foram mobilizados quase um milhão de jovens portugueses, no contexto do serviço militar obrigatório, que, a partir de 1968, passou a incluir uma comissão de dois anos num dos territórios africanos. Portugal manteve uma média anual de 105 mil militares nas três frentes (número que inclui os operacionais africanos recrutados *in loco*) e cerca de 40% do Orçamento de Estado foi canalizado para o Ministério da Defesa Nacional. Portugal seria assim o país ocidental, excluindo Israel, com mais homens em armas, e, empregaria em “África

um esforço humano cinco vezes superior, em termos comparativos, ao que fora mobilizado pelos Estados Unidos da América no Vietname” (Cardina; Martins, 2018: 11).

O soldado português seria, a princípio, mobilizado para a guerra imbuído nos valores do nacionalismo salazarista, conseqüentemente encarando o guerrilheiro independentista enquanto mero terrorista que visava, mais do que autonomia, a derrocada da nação pluricontinental portuguesa. Com o passar dos anos, a perpetuação do conflito e a intensificação dos protestos dos grupos oposicionistas ao Estado Novo e à guerra estas perspectivas tenderiam a sofrer progressivas alterações, culminando com a formação do Movimento dos Capitães (mais tarde rebatizado Movimento das Forças Armadas) que haveria de depor a ditadura.

Os 8 depoimentos recolhidos para a elaboração deste ensaio foram todos obtidos na mesma localidade, uma vila com cerca de 3500 habitantes no centro de Portugal. De notar que para além dos entrevistados surgiu a hipótese de estabelecer conversas com um número considerável de outros veteranos. Conversas estas que não tiveram lugar pois os testemunhos obtidos consideraram-se suficientes para as finalidades pretendidas. Menciono este detalhe para frisar o facto de parte considerável dos portugueses que hoje têm entre os 65 e os 80 anos de idade terem sido mobilizados para a guerra colonial. Os indivíduos entrevistados provêm todos de famílias humildes sem qualquer tipo de ligações políticas, encontrando-se, portanto, à altura, num estado de maior permeabilidade aos enquadramentos ideológicos do regime salazarista.

### **1.3– Estranhos numa terra estranha**

De acordo com as declarações recolhidas os indivíduos revelaram que as expectativas da futura experiência de guerra se baseavam num profundo desconhecimento do que os esperava ou em ideias pré-concebidas que foram estilhaçadas após a chegada a África. Parte significativa dos entrevistados foi mobilizada nos últimos anos da guerra, o que certamente contribuiu para que tivessem uma visão diferente dos que foram enviados durante os primeiros anos do conflito. Importa sublinhar que as notícias sobre o confronto veiculadas pela imprensa portuguesa da época mitigavam consideravelmente a violência do mesmo e



ocultavam certamente os eventos mais desastrosos para o exército português. Todavia, seria natural que tendo em conta o longo período de duração da guerra esta suscitasse, até no indivíduo mais politicamente incauto, desconfiança em relação às informações propaladas pela imprensa e pelos discursos oficiais.

Antes de passar à exposição das expectativas dos combatentes urge sublinhar que ocasionalmente o sentimento de desnorte poderia ser potenciado pelo desconhecimento em relação à frente para onde se podia ser destacado e, igualmente, por alterações em relação à localização em que o efetivo se encontrava. Para Mário por exemplo, que foi destacado para Moçambique em 1963 ainda numa fase preventiva (o conflito só começaria nessa colónia no ano seguinte) e esteve previamente para ser enviado para Macau. De acordo com o próprio: “Após uma viagem de 27 dias no barco Niassa cheguei a Namapa. Depois de um ano fui para Mocuba. Tive a sorte de ter ido para o sul, estar no quartel e não ter de lidar diretamente com a guerra”. Também Marco, que foi enviado para a Guiné em 1966, passou por eventos semelhantes:

Nós não sabíamos de nada. Ao início estávamos para ir para Mueda em Moçambique, que se dizia que era terrível. Mas acabámos a última da hora por sermos enviados para a Guiné. E pensámos: Porra! Ainda pior. Acabou por não ser. Ao início tivemos uma instrução dura que afetou muita gente e acabou por não ser necessária no terreno. Porque fomos instruídos para a autodefesa e acabámos a trabalhar em oficinas. (Marco, 20.04.2019)

O desconhecimento e a frustração das expectativas em relação ao destino para onde se seria enviado talvez contribuísse para uma potencialização da desorientação e do desalento da pessoa, pois aumenta o leque de aleatoriedades a que se está sujeito. No caso de Francisco por exemplo, que foi inicialmente formado como especialista em minas e armadilhas e enviado para Kazula e Tete em Moçambique, tem-se uma circunstância particular. Ao chegar a Moçambique, um Capitão elegeu-o, sem mencionar a razão da escolha, para o treino dos *Pisteiros de Combate*<sup>3</sup> em conjunto com outros 6 soldados:

---

<sup>3</sup> Tropa especial.

Ao chegar a Moçambique o Capitão convidou-me a mim e a mais 6 colegas para fazermos parte dos Pisteiros. Aceitámos sem sabermos ao que íamos. Aquilo era tremendo. Os pisteiros estavam incumbidos de seguir os guerrilheiros da FRELIMO após um ataque, saber o paradeiro das suas bases, , e depois regressar e comunicar as suas posições. O treino deveria durar 3 meses acho eu. Passado um mês vi-me embora e voltei às minhas e armadilhas. Os gajos que compunham os Pisteiros eram completamente doidos, sádicos. Deviam ter a cabeça cheia de droga. (Francisco, 20.04.2019).

O soldado miliciano vulgar, poderia também, ao chegar ao local, ser mobilizado para uma força especial, caso tivesse um convite de ingresso ou nalguns casos mostrasse interesse e aptidão para tal e os seus superiores o achassem legível para o treino.

Quanto às expectativas propriamente ditas as opiniões variam. Mário afirmou que “antes de ser ir para lá não se tinha ideia nenhuma”. Todavia, quando indagado se houve um grande desfasamento entre as expectativas e as ocorrências verificadas no local respondeu afirmativamente. Já Carlos, amanuense e distribuidor de material, asseverou que “as expectativas não eram muito mas”. Porque “não estava no mato. Quem ia para lá e que tinha de lidar com o tiroteio e as minas. Quem estava na cidade era como estar cá em Portugal. A guerra era só no mato.” Gabriel por exemplo, declarou que não tinha ideia nenhuma do que o esperava e que ao início ate pensava que a guerra não existia. Foi só depois, ao cumprir as suas tarefas como transmissor de informação via rádio e ao tomar conhecimento dos mortos e feridos, e que pode comprovar a veracidade do conflito”. Já para Nuno, que esteve como atirador de Cavalaria na Guiné Bissau, na zona de Guileje, declarou:

Já sabíamos que íamos para o mato. Para a guerra. Era matar ou morrer. Houve muita porrada. Estive numa das zonas mais intensas, que era a poucos quilómetros da fronteira com Conakry, onde os “turras” tinham as bases. Ou seja, íamos para lá com a ideia que aquilo ia ser duro. Só que ficou ainda pior do que esperávamos. Ainda por cima a partir de 1972, quando os gajos começaram a estar mais apetrechados. Até já derrubavam aviões com mísseis. Foi tramado (...). (Nuno, 20.04.2019)

Alves, que esteve igualmente na Guiné-Bissau, em Buba, um pouco mais a norte de Guileje afirmou que o soldado comum poderia ter uma ideia generalizada do perigo, mas nada de concreto. Sublinhou que grande parte das pessoas com quem conviveu era “extremamente humilde e não tinha a menor ideia do que os aguardava. Vinham do Minho, do Alentejo. Metade deles não tinha a quarta classe sequer”. Alves contou também que no próprio dia do desembarque o fatalismo se instaurou em si e nos seus colegas:

As perspetivas que tínhamos eram de que podíamos não regressar. Tivemos um discurso do capitão Carlos Fabião que dizia que muitos de nós não iríamos regressar para as nossas mães, mulheres, namoradas, filhos ou familiares. O Spínola também estava lá, a dizer que a Guiné era como o Vietname. Não era como Angola ou Moçambique. Uma pessoa até fica com lágrimas nos olhos. Alias, no próprio dia desse discurso tivemos a primeira baixa. Por azar o meu foi um colega que tinha acabado de conhecer. (Alves. 20.04.2019)

Um dos depoimentos obtidos parece ser exemplar e sintético de boa parte de todas as opiniões expressas. De acordo com Francisco:

As ideias que tínhamos eram aquilo a que eu chamo de ideias de computador. Eram ideias fictícias. Tínhamos uma conceção completamente errada. Os treinos que tínhamos cá na metrópole eram todos uma treta! Formações em A, formações em B, quando chegas lá verificas que aquilo não servia para nada. É como calha. Nós erámos uns meninos do coro lançados aos leões, como eu digo. Davam-nos um curso e uma espingarda para as unhas e um gajo chegava lá e parecia um burro a olhar para um palácio. Chegamos a um sítio que nos parece exótico, é o clima, é o capim, são as *cubatas*. É tudo diferente daquilo que conhecíamos até à data. (Francisco, 04.20.2019)

O sentimento consensual é o de que nenhuma vivência, expectativa, treino militar ou pré-conceção pode preparar o indivíduo para a experiência do conflito militar. A guerra é um fenómeno de tal modo disruptivo que qualquer comparação ou articulação com qualquer outro tipo de prática se torna inútil ou ate mesmo pernicioso. Se mesmo Nuno começou por afirmar: “Já sabíamos que íamos para o

mato. Era matar ou morrer”. Acabou de seguida por dizer: “Só que aquilo acabou por ficar ainda pior do que o que esperávamos”. A experiência bélica transcende qualquer expectativa. De ter conta também que as informações dadas pelos militares superiores e as notícias presentes nos jornais da época deveriam estar bastante afastadas da verdade, contribuindo ainda mais para a verificação de um desfasamento abissal. É natural que o confronto direto com a violência em campanha é literalmente diferente de tudo aquilo que o indivíduo presenciou até à data e que, por isso mesmo, a sua impreparação para lidar com o mesmo se verifica. Todavia, o que se quer deixar claro é que boa parte dos novos soldados deveria ter uma mentalidade toldada por idealizações militaristas e por informações erróneas (relativamente aos perigos ou à preparação e capacidade de fogo do inimigo por exemplo) difundidas pelo regime. Alves declarou que “as notícias que saíam cá na metrópole eram todas enviesadas. Diziam que estávamos a dominar mas era tudo mentira.”

A acrescentar ao desconforto provocado pela situação militar junta-se o sentimento de profundo desenraizamento despoletado pelo afastamento dos soldados das suas localidades e famílias e a sua inserção num continente onde tudo parece bizarro, hostil e desconcertante. Os animais, a vegetação, o clima e sobretudo a população autóctone. O perigo parece poder surgir de qualquer lado. A incerteza e o receio configuram o comportamento destes homens. O “Portugal uno e indivisível” de António de Oliveira Salazar onde um *luso-tropicalismo* “domesticado”, roubado a Gilberto Freyre uma década antes do princípio dos conflitos, supostamente determinaria uma relação harmoniosa inter-racial não passava de uma piada ridícula e cruel.

## **2–Relações entre portugueses e africanos**

### **2.1- O povo africano nos olhos dos portugueses**

Como foi apresentado anteriormente, e de acordo com a ideologia racial de Salazar, as populações africanas residentes nos territórios ultramarinos portugueses dividiam-se em duas categorias, os *assimilados*, que não constituiriam mais do que 5 por cento da população e vivam nas cidades ou em fazendas de famílias portuguesas, e os restantes, os indígenas (Castelo, 2013). A todos os habitantes dos territórios

tutelados os veteranos se referem genericamente como *pretos*, pois de certa maneira estavam integrados ou obedeciam à lei colonial vigente. Já a categorização *turra*, que designa especificamente um membro de um dos movimentos de libertação, seja em Angola (MPLA<sup>4</sup>, FNLA<sup>5</sup>, UNITA<sup>6</sup>), Guiné-Bissau (PAIGC<sup>7</sup>) ou Moçambique (FRELIMO<sup>8</sup>, RENAMO<sup>9</sup>), tem um carácter intrinsecamente depreciativo. Etimologicamente, *turra* é um termo português que alude a alguém persistente, teimoso ou birrento. Assim sendo, os soldados portugueses utilizavam este termo como forma de desvalorizar a luta independentista levada a cabo pelos povos colonizados. Seguindo a lógica do *luso-tropicalismo* do antigo regime, boa parte das populações africanas, excluindo os membros dos grupos independentistas, estariam aculturadas e imersas nos “superiores valores da nação” e a sua coexistência com os portugueses caucasianos seria fraterna e cordial. A retórica do regime não poderia estar mais afastada da realidade. O português comum idealizava o africano vulgar enquanto alguém inelutavelmente inferior. Inferioridade esta que se traduzia numa desconfiança para com boa parte das populações das colónias, mesmo para com as *assimiladas* ou que viviam nos perímetros urbanos. É natural que numa situação de guerra o receio em relação ao desconhecido e ao divergente seja exponenciado substancialmente, todavia o próprio ideal colonialista, que apresentava Portugal como nação missionária e civilizadora, foi responsável por estereotipar a figura humana africana ainda muito antes do princípio do conflito. Além disso, também as experiências com os superiores militares contribuía para cimentar o temor. Mário conta que “quando fomos para lá íamos com a ideia que todo o preto era ladrão ou terrorista, não dava para confiar.” Carlos, que vivia na cidade de Tete e se dava sobretudo com *assimilados*, afirmou que por vezes “o preto era mais racista do que o branco.” E deu como exemplo um episódio no qual devido às queimaduras provocadas pelo sol ficou com a pele vermelha, fazendo com os moçambicanos lhe dissessem que “Aqui o preto és tu patrão. A tua pele é que muda não é a minha.” No entanto, acabou depois por dizer que, “apesar de tudo, sempre fui amigo dos pretos, nunca olhei para a cor da pele”. Também Paulo Faria na sua obra *Estranha Guerra de*

---

<sup>4</sup> Movimento para a Libertação de Angola.

<sup>5</sup> Frente Nacional da Libertação de Angola.

<sup>6</sup> União Nacional para a total Independência de Angola.

<sup>7</sup> Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

<sup>8</sup> Frente para a Libertação de Moçambique.

<sup>9</sup> Resistência Nacional Moçambicana.

*Uso Comum* recolheu um depoimento em que um dos colegas de seu pai que estivera em Moçambique afirmava que “Nós dávamo-nos bem com os pretos. Eles, coitados, faziam o que lhes mandavam (*apud Faria, 2016: 41*).”

Já Marco relatou um pequeno episódio com contornos cómicos:

Eu já tinha um receio enorme antes de ir para a Guiné e quando chegámos lá e o barco atracou eu fiquei logo cheio de medo. Vi tantos pretos fora do barco que me assustei. Até arranquei as divisas do uniforme porque pensei que por ser furriel me iam logo limpar o sebo. Por razões de segurança até ponderei ir a rastejar do barco até ao quartel para ver se ninguém me topava. Na primeira semana em que lá estive andava sempre desconfiado. Tinha medo de andar no passeio, porque diziam que se andássemos nele os pretos nos davam logo uma catanada. O resto dos meus companheiros pensava o mesmo até que um colega que já lá estava há mais tempo nos disse para ganharmos juízo. No fim de contas acabei por ter uma vida boa lá porque trabalhava na oficina e nunca tive em perigo. Comi bem e dormi bem. Tive uma vida descansada. (Marco, 20.04.2019)

Também o depoimento de José Manuel Gaimito presente no livro *Estranha Guerra de Uso Comum* se encontra um relato de contornos semelhantes:

Uma pessoa chegava a África e tinha medo, é preciso reconhecer, mas também não havia a mínima sensibilidade para nós pôr à vontade (...) aquilo era mesmo assim, um gajo saía do navio e vinha cheio de medo, via terroristas em todo o lado. Até quando fizemos escala em Lourenço Marques, íamos na rua, víamos um preto, achávamos logo que era um terrorista. Cada vez que abríamos uma torneira quase tínhamos medo que saísse de lá um jacaré. (Faria, 2016: 250-252)

Mediante as descrições apresentadas depreende-se que para além dos preconceitos vulgares difundidos pela moral colonial e pelo medo do desconhecido existia ainda uma desconfiança corroborada pelas concepções transmitidas pela hierarquia militar e pela própria lógica da propaganda da guerra. De acordo com os fundamentos militares mais elementares o inimigo é sempre encarado como a fonte de todo o mal, e, portanto, a luta empreendida contra ele é heróica, justa e necessária. (Vetter, 2007) Consuma-se então uma simbiose entre os princípios militares que

definem o inimigo como a encarnação do mal e as concepções subhumanizantes do racismo e do colonialismo que permitem que todo o africano seja um potencial “ladrão ou terrorista” ou “mais racista”. Todavia, foram recolhidos testemunhos nos quais alguns veteranos revelaram, já na altura em que foram mobilizados, que tinham uma visão a favor dos movimentos independentistas.

## **2.2 - Os soldados portugueses e os movimentos de libertação**

Quando inquiridos acerca das suas opiniões em relação à justeza das lutas dos movimentos de libertação os veteranos expressaram pontos de vista diversos. O mais comum talvez seja o de revelarem que não tinham uma opinião formada na altura e que se limitavam a cumprir ordens. No entanto, outros revelaram que reconheciam a legitimidade dos movimentos de libertação, mas que ao mesmo tempo consideravam traidores à pátria aqueles que desertavam.

Nuno por exemplo respondeu que “não se pensava no assunto. Até davam umas cervejitas e drogas para não se pensar muito.” Dizendo depois: “Limitávamos a ir para o mato e vir do mato, em cumprir a nossa missão. Nós éramos unidos e não nos podíamos dar ao luxo de não ser.” Também para Mário “a malta não tinha opinião formada acerca do assunto. Só pensávamos em cumprir ordens e nada mais.”

Já Alves declarou que “enquanto alguns mais politizados poderiam ter uma perspetiva mais complexa das coisas, a maior parte não tinha capacidade para compreender as verdadeiras razões do conflito.” Por sua vez, Marco respondeu:

Nós não éramos politizados. Na escola tivemos educação moral e religiosa, o que sabíamos de África eram os caminhos de ferro. De política zero! Mas a ideia geral era de que aquilo era nosso. Aquilo não era uma colónia, era uma província. Nós tínhamos de defender aquilo e os outros eram terroristas. Havia um grande espírito de sacrifício da parte de todos os soldados. Se um morresse no cumprimento das suas funções era logo substituído. Ninguém recusava. Apesar de tudo eu dei-me sempre bem com os pretos que trabalhavam comigo, tal como os meus colegas portugueses. Mas os outros, ligados aos movimentos de libertação eram sempre os turras. Eu ouvi muitas histórias de coisas que lhes faziam. Os turras eram presos e depois sofriam torturas ou mortes sem julgamento. Mas isto eram rumores, eu nunca testemunhei nada. (Marco, 20.04.2019)

Concomitantemente, Vítor, que esteve em Angola entre 1973 e 1975, relatou que à época não tinha opinião acerca do assunto, todavia afirmou que um companheiro seu tinha um ponto de vista favorável aos movimentos independentistas:

Na altura não tinha grande formação política. Não tinha grandes ideias acerca disso. Depois da experiência é óbvio que adquiri consciência de que aquela guerra era injusta e que estávamos a ocupar algo que não era nosso. No entanto, tive um colega que era um ativista político, de um partido que não vale a pena mencionar, que na altura já ouvia rádios ditas alternativas. Radio Moscovo, Radio Argel. Que também não falavam verdade. Era como o regime cá. Ele falava comigo lá das ideias políticas dele e de como estávamos a ocupar a terra dos outros. Mas só me confidenciava isso a mim e a outro colega. Era com quem tinha confiança. A 22 e 23 de Abril de 1974 lembro-me dele me ter dito que ia acontecer alguma coisa. Quem estava ligado à política poderia estar mais por dentro de alguns assuntos. Mas acho que não era geral. (Vítor, 20.04.2019)

Se boa parte dos entrevistados revelaram que à data careciam de opinião formada acerca das razões que subjaziam à guerra colonial outros revelaram que aquando do cumprimento das funções militares já partilhavam um ponto de vista pró independentista. Segundo Francisco:

De acordo com regime os *turras* eram todos terroristas. Eu, no entanto, sempre fui para lá com a ideia que não ia defender a nossa pátria. Os *turras* só estavam a lutar por aquilo que era deles por direito, na minha parca maneira de saber. No entanto um gajo tinha que salvar a pele. Cá (em Portugal) diziam que os gajos eram todos terroristas. Mas lá muitos de nós desfizemos essa ideia. Até chegámos a confraternizar com eles. Tenho fotos da nossa companhia a beber copos com a malta da FRELIMO. Até fizemos brindes em honra deles e à sua independência. Durante toda a minha estadia eu e os meus camaradas procurámos não hostilizar as populações. Se bem que passados uns dias sofremos um ataque que, de acordo com o que ouvi dizer, foi motivado porque uns açoreanos andaram a fazer umas patifarias á população. Mas nós não tivemos nada a ver com isso. (Francisco, 20.04.2019)

De igual modo também Carlos, neste aspeto, partilhava um ponto de vista semelhante a Francisco:



O regime dizia que aquilo não eram colónias, eram províncias e faziam parte do território nacional. Diziam que aquilo era nosso e os movimentos de libertação eram terroristas. Eram os *turras!* Quando apareciam perante as autoridades portuguesas eram presos ou abatidos caso mostrassem resistência. Eu achava que aquilo era deles mas nós íamos para lá porque erámos obrigados . Mesmo assim até acho que a tropa ajudou a população em certos aspetos. Eu por exemplo ofereci muito material aos pretos. Botas e roupa que estavam para ser destruídos por ordens da Força Aérea. (Carlos, 20.04.2019)

Infere-se, portanto, que o grau de despolitização do soldado comum era tal que o mesmo não seria capaz de formar juízos, ou tomar uma posição estruturada, quanto às origens do conflito, estando, portanto, particularmente suscetível à absorção do ideal colonialista. Por outro lado, os singulares casos de Francisco e Carlos, revelam que já existia um forte sentimento de desagrado face ao regime colonial e muito provavelmente em relação ao próprio Estado Novo. Carlos foi destacado para Moçambique no final de 1973 e Francisco em Janeiro de 1974, justamente nas vésperas do golpe de 25 de Abril, quando o regime já estava por fio. Aliás, Francisco admitiu na entrevista que aquando da sua mobilização o mal-estar geral e o descontentamento face ao regime era tal que “as pessoas já tinham noção que devia ser só uma questão de tempo até o Caetano cair.” No entanto a guerra aguardava-o.

### **Referência bibliográficas**

- Antunes, António Lobo (1994), *Os Cus de Judas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos (2010), *Os Anos da Guerra Colonial 1961-1975*. Matosinhos: Quidnovi.
- Cardina, Miguel, Bruno Sena (2018), *As Voltas do Passado – A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*. Lisboa: Tinta da China.
- Campos, Ângela (2018), “Discurso de Salazar: «Para Angola, rapidamente e em força» (1961)” in Miguel Cardina; Bruno Sena Martins (orgs.), *As Voltas do Passado – A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*. Lisboa: Tinta da China, 20-30.
- Castelo, Cláudia (2013), *O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio*. Retirado de: <http://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>

Faria, Paulo (2016), *Estranha Guerra de Uso Comum*. Penafiel: Ítaca.

Hirsch, Marianne (2008), *The Generation Of Post-Memory*.

Retirado

De:[https://urokiistorii.ru/sites/all/files/hirsch\\_generation\\_of\\_postmemory.pdf](https://urokiistorii.ru/sites/all/files/hirsch_generation_of_postmemory.pdf)

Martins, Bruno Sena (2015), *Violência Colonial e testemunho: Para uma memória pós-abissal* (2015). Retirado de:

[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-74352015000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352015000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)

Nunes, João Arriscado (2011), *Sobre a ética (e a política) da investigação social e saúde* (2011). Retirado de:

[https://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097\\_%C9tica%20e%20Pol%EDtica%20JAN.Pdf](https://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_%C9tica%20e%20Pol%EDtica%20JAN.Pdf)

Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal volume 7: O Estado-Novo 1933 1974*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Szpodcinski Andrejz, *Sites And Non-Sites Of Memory* (2016). Retirado de:

[https://depot.ceon.pl/bitstream/handle/123456789/14299/14\\_Szpodcinski\\_Sites.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://depot.ceon.pl/bitstream/handle/123456789/14299/14_Szpodcinski_Sites.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

## **Anexo**

Guião da entrevista

Contexto

- 1 - Quando e onde esteve na guerra?
- 2 – Em que circunstâncias foi mobilizado?
- 3 – Qual era o discurso oficial do regime em relação ao conflito nas colónias? 4 – Que expectativas tinham os soldados antes do desembarque?

Experiência pessoal

1 – Ouve um grande desfasamento entre as expectativas criadas e o verificado no lugar? 2 – Qual era a sua opinião em relação ao conflito e à independência colonial antes e depois da experiência no local?

3 – De igual modo qual era opinião dos seus colegas em relação ao conflito? Antes e depois da experiência de combate.

4 – Alguns colegas seus entraram em conflito por deterem pontos de vista diferentes em relação aos movimentos de libertação?